

Os menores salários

Foto: Renan Silva

Diferença substantiva separa o salário dos técnicos-administrativos das instituições federais de ensino de outros segmentos do Executivo. A discrepância se acentua quando a analogia é feita com servidores do Legislativo e do Judiciário. A pergunta é: por que profissionais que exercem funções tão relevantes sofrem esse tipo de segregação em suas remunerações?

Página 3

JUDICIÁRIO

Acima de 33 mil mensais

DEPUTADOS

R\$ 33.763 mensais

EXECUTIVO

19.197,67 mensais
(procurador federal)



TÉCNICA de laboratório de análises clínicas do Hesfa

NA PRESSÃO: Vitória dos servidores



Congresso retira texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que congelava salários e proibia contratações. Centrais sindicais e federação dos trabalhadores, entre as quais a Fasubra, fizeram intensa pressão nos últimos dias sobre os parlamentares. O Sintufrij enviou carta a deputados e senadores.

Página 5



"Vivemos em um estado de exceção", afirma Wadiah Damous, um dos autores do habeas corpus que tentou tirar Lula da prisão.

Página 8

EM FOCO



A IMAGEM do fotógrafo Renan Silva retrata a Ponte do Saber, iluminada por Peter Gasper, artista de fama internacional. Mas as luzes cor de gelo (são 496 lâmpadas de led) se apagaram há alguns meses, sem que nenhuma autoridade tenha se manifestado. E a Ponte do Saber, à noite, se esconde na mais absoluta escuridão, aumentando a sensação de insegurança na saída do Fundão.

Plantão Jurídico, Trabalhista e Cível

Em Macaé: dia 24 de julho
Agendamento: 21 3194 7133, com Alexandre Souza.

Regininha: honra ao mérito

Está em pauta no Conselho Universitário (e poderá ser apreciada na próxima sessão, no dia 19) a concessão de título de Técnico-Administrativo em Educação Emérito à servidora aposentada Regina Célia Alves Soares Loureiro – a Reginha, ex-superintendente-geral de Finanças da PR-3. Essa decisão foi aprovada por unanimidade e aclamada pelo Conselho Superior de Coordenação Executiva, e agora será levada ao Conselho Universitário.

Carros elétricos compartilhados

Foto: Renan Silva



PROJETO Integra UFRJ por mais qualidade de vida

Desde o dia 7 de junho, os servidores da UFRJ contam com mais uma opção de transporte sustentável para circulação dentro da Cidade Universitária, que são os carros elétricos. A iniciativa faz parte do projeto Integra UFRJ, proporcionado pelo Fundo Verde UFRJ. Assim como as bicicletas, os carros estão disponíveis para uso de segunda a sexta-feira, das 6h às 21h59, e gratuitamente. Mais informações, acesse: www.fundoverde.ufrj.br/integra.

GIRO BRASIL

■ Crivella

Bispo licenciado da Igreja Universal, o prefeito do Rio, Marcelo Crivella, foi alvo pedidos de impeachment. Além dos parlamentares Marcelo Freixo (PSOL) e Átila Nunes (MDB), o Sindicato dos Servidores Públicos do Município do Rio de Janeiro também entrou com pedido de impedimento.

O prefeito do Rio é acusado de infração político-administrativa e crime de responsabilidade.

O episódio que motivou a acusação aconteceu no dia 4 deste mês, em evento no Palácio da Cidade. O prefeito listou facilidades a pastores e fiéis, como agilidade para cirurgias e resoluções de problema em IPTU das igrejas.

■ Escola Sem Partido

Na quarta-feira, 11, o projeto de lei conhecido como Escola Sem Partido entrou em debate em comissão especial da Câmara dos Deputados e, após muitas manifestações de movimentos sociais e entidades estudantis, a votação foi adiada, sem previsão de retomada.

■ Câmara debate sucateamento das universidades públicas

Em audiência pública na Comissão de Educação da Câmara, na terça-feira, 10, deputados destacaram que o sucateamento das universidades públicas vai contra o que prevê o Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado em 2014 pelo Congresso. “Com PEC do Teto de Gastos, não tem Plano Nacional de Educação, que foi para a lata do lixo”, disse Glauber Braga (PSOL-RJ), um dos parlamentares que pediu a realização do debate.

O PNE prevê, por exemplo, que as novas matrículas no ensino superior se deem 40% no segmento público. Em 2014, este índice era de cerca de 5%. O PNE prevê também que o investimento em educação pública seja de 10% do Produto Interno Bruto até 2024. Hoje esse investimento é de 5% do PIB.

“A meta 12 do PNE estabelece que até 2024 haja 12 milhões de estudantes matriculados no ensino superior, pelo menos 4 milhões em instituições públicas. Isso requer investimento triplicado em relação ao que temos hoje”, afirmou o deputado Leo de Brito (PT-AC).

Na base da pirâmide

Exercendo funções em área estratégica para o desenvolvimento do país, trabalhadores de instituições federais de ensino têm salários baixos se comparados com outras categorias do Executivo e de outras esferas

O abismo salarial que se para o salário dos técnicos-administrativos das instituições federais de ensino de outros segmentos do Executivo revela quanto a mobilização é necessária para a conquista de padrões mais justos. A discrepância se acentua mais ainda quando a analogia é feita com outras esferas do Legislativo e do Judiciário.

No caso do Executivo, o mapa salarial dos 610 mil funcionários da ativa se divide assim: 2,4% ganham até R\$ 2 mil mensais; 27,7% ganham entre R\$ 2 mil e R\$ 5,5 mil; 35,8%, entre R\$ 5,5 mil e R\$ 10,5 mil; 12,2%, entre R\$ 10,5 mil e R\$ 13 mil e 23% recebem acima de R\$ 13 mil.

É preciso lembrar, como informamos em reportagem anterior (edição 1252), que o piso salarial do técnico-administrativo é de R\$ 1.326,72; e o teto, R\$ 8.323,87. Por esses valores é possível identificar que a massa da categoria se concentra nas faixas salariais mais baixas.

Ainda no Executivo, outros dados revelam, de forma drástica, como os técnicos-administrativos estão na base da pirâmide salarial. Esses números são de 2017. O salário inicial de um procurador federal, por exemplo, é de R\$ 19.197,67.

Já o analista de planejamento e orçamento recebe, ao iniciar sua carreira, R\$ 15.003,70. O auditor fiscal da Receita Federal tem piso fixado em R\$ 19.211,01 e um defensor público ganha R\$ 22.197,67.

Para efeito de comparação, há outros dados do Ministério do Planejamento que convém destacar. Em 2016, cada servidor do Judiciário custava, em média, R\$ 133 mil por ano. Já o gasto anual médio com funcionário do executivo é de R\$ 42,7 mil. No Legislativo, a diferença é ainda mais evidente: o custo de cada servidor, em média, é de R\$ 153 mil por ano.

No Judiciário, o salário da maior parte dos magistrados ultrapassa o teto constitucional de R\$ 33.763. Um professor ganha R\$ 6,27 mil ao passar num concurso; um analista da Câmara dos Deputados começa recebendo um salário de R\$ 21,5 mil.

No Parlamento

Como no Judiciário, quando os números dos parlamentares são revelados, os valores são obscenos, se comparados, por exemplo, com os dos técnicos das universidades federais.

Segundo o site Congresso em Foco, um deputado tem salário de R\$ 33.763; auxílio-moradia de R\$ 4.253 ou apartamento de graça para morar; verba de R\$ 101,9 mil para contratar até 25 funcionários; de R\$ 30.788,66 a R\$ 45.612,53 por mês para gastar com alimentação, aluguel de veículo e escritório, divulgação do man-

dato, entre outras despesas.

E mais: dois salários no primeiro e no último mês da legislatura como ajuda de custo, ressarcimento de gastos com médicos. Esses são os principais benefícios de um deputado federal brasileiro, que somam R\$ 179 mil por mês.

Juntos, os 513 deputados custam R\$ 1,1 bilhão por ano.

Benefícios

■ Os trabalhadores técnico-administrativos recebem **R\$ 458** de auxílio-alimentação e **R\$ 321** de auxílio pré-escolar.

■ O auxílio-alimentação de um servidor do Senado Federal é de **R\$ 924,16** e a assistência pré-escolar, **R\$ 782,01**.

■ No STF, o auxílio-alimentação é de **R\$ 910** e o auxílio pré-escolar, **R\$ 719,62**.

■ Cada servidor do Judiciário custa em média **R\$133 mil** por ano, enquanto o gasto anual médio com funcionário do Executivo é de **R\$ 42,7 mil**. No Legislativo, a diferença é ainda mais evidente: cada servidor custa, em média, **R\$153 mil** por ano.

No Executivo (dados de 2017)

■ Procurador federal
R\$ 19.197,67

■ Analista de planejamento e orçamento
R\$ 15.003,70

■ Auditor fiscal da Receita
R\$ 19.211,01

■ Defensor público
R\$ 22.197,67

Foto: Renan Silva



TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS no corredor do Centro Cirúrgico do HU. Remuneração à altura da importância da função?

Sintufrj propõe democratização da UFRJ

Tema foi indicado pelo Sindicato como eixo do Congresso Universitário na reunião que discutiu o evento

O Sintufrj propôs que a democratização da universidade seja eixo do Congresso Universitário, cuja organização está em curso. De acordo com a coordenadora-geral da entidade, Neuza Luzia, o tema é imprescindível, uma vez que é sob o guarda-chuva da democracia que questões como

relações de trabalho, saúde mental, assédio e relações de poder devem ser discutidas.

Na reunião para discutir o congresso, a representante do Sintufrj disse que a entidade vai propagar e fortalecer o encontro, mas rejeitou a ideia de participar como um dos organizadores

do evento, como foi proposto por dirigentes da UFRJ.

Neuza explicou que trata-se de um acontecimento institucional e, como tal, no entendimento do Sindicato, essa responsabilidade por sua realização deve ser da Reitoria. “Recebemos bem a ideia do congresso. Mas

acho que o papel de cada ator dentro da universidade deve ser considerado. E nesse caso (do congresso), essa responsabilidade, o papel institucional é da Reitoria”.

A Reitoria abriu discussão com unidades e centros sobre a realização do Congresso Universitário. Em seguida,

chegou a pautar o assunto para um debate no Conselho Universitário. Mas retirou o tema da pauta por entender que não tinha discutido com as entidades representativas. Em seguida, procurou a Adufrj, a APG, o DCE e, por fim, o Sintufrj, para falar da proposta.

Reitoria quer contratar consultoria do BNDES

Banco avaliaria imóveis e outras formas de aproveitamento econômico do patrimônio disponível da UFRJ, para investimentos na área acadêmica

Um assunto até certo ponto surpreendente ocupou a sessão do Conselho Universitário (Consuni) desta quinta-feira. O reitor da UFRJ, Roberto Leher, apresentou na sessão do Consuni, no dia 12, uma proposta de contrato do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como consultor da UFRJ.

O banco daria consultoria para concessão de uso de imóveis, criação de fundos de investimento de ativos imobiliários e outras formas de aproveitamento econômico. Segundo Roberto Leher, a intenção é viabilizar, com esses investimentos, a construção e manutenção de infraestruturas acadêmicas e de equipamento cultural.

“É uma consultoria, um serviço que a UFRJ está contratando do BNDES com o objetivo de avaliar o patrimônio da UFRJ e, sobretudo, fazer uma prospecção sobre valores, uma expertise que a universidade não possui

e que envolve expectativa de mercado. Esse trabalho visa aferir a potencialidade econômica de cada área”, explicou o reitor.

Trata-se de assunto delicado. É fato que as universidades federais padecem de asfixia financeira, alvo da política de desmonte de um governo inimigo. Mas, quando envolve setores privados, todo cuidado é pouco. Setores da esquerda sempre criticaram a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, como no caso do Próuni. O aprofundamento dessa discussão é necessário, com ponderação e considerando todos os cenários.

Entre os imóveis que seriam avaliados dentro do contrato encontra-se o que abrigou a famosa casa de espetáculos Canecão, na zona sul da cidade, fechada há oito anos, depois de uma longa briga judicial com os antigos inquilinos. Espaço artístico-cultural objeto de cobrança de reabertura pela sociedade.



Foto: Renan Silva

CONSELHO. Tema novo na pauta dos conselheiros apresentado pelo reitor Roberto Leher

Debate amplo

A representante técnico-administrativa e coordenadora-geral do Sintufrj, Gerly Miceli, disse que um projeto estruturante des-

sa envergadura, não pode ser decidido às pressas. De acordo com a dirigente, a consolidação dessa proposta tem necessariamente que ser precedida

de ampla discussão com todos os três segmentos na UFRJ. “Toda comunidade universitária tem que participar e ser amplamente consultada.”

Recuo sob pressão

A luta agora é garantir recursos para reajustes na LOA, que será enviada ao Congresso Nacional pelo governo até 30 de agosto

A unidade dos trabalhadores no serviço público federal, aliada à pressão de suas entidades representativas e das centrais sindicais, como a CUT, impôs uma grande derrota ao governo golpista de Michel Temer ao derrubar, em votação no Congresso Nacional, na madrugada do dia 12 de julho, a proibição de reajustes ao funcionalismo federal em 2019.

Foram duas vitórias do movimento: “Derrubamos o texto de proibição de reajuste e o corte de 10% no custeio do orçamento das instituições. Nestes dois anos de golpe, esta foi a maior vitória de articulação política dos servidores públicos federais, e a Fasubra foi ponta de lança nesse processo”, comemorou Marcia Abreu, coordenadora de Administração e Finanças da Federação.

Intensificar a mobilização

A próxima etapa dessa luta, e de imediato, é garantir que conste na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019, que o governo enviará até o dia 30 de agosto ao Congresso Nacional, recursos para o reajuste de salários dos ser-



VOTAÇÃO. Deputados e senadores retiraram da proposta do governo texto que proibia aumentos e contratação em 2019

vidores públicos federais. Aumento salarial este ano é uma possibilidade totalmente descartada, admitiu a dirigente da Fasubra.

Cautela

Para o coordenador de Educação da Fasubra, Rafael Pereira, embora seja uma grande vitória para

o movimento, o que ocorreu no Congresso Nacional mostra que a política de ajuste fiscal e arrocho salarial do governo não tem apoio da população. Segundo ele, os parlamentares que compõem a base de sustentação de Temer só recuaram em aprovar o texto integral da Lei de Diretri-

zes Orçamentárias (LDO) porque, nesse momento, às vésperas da eleição, temem o veredito das urnas. “Eles impediram o aperto no cinto”. Da mesma forma agiram em relação à reforma da Previdência Social, lembrou o dirigente.

Mas Rafael alerta para o fato de a Emenda Consti-

tucional 95 ter sido votada por essa mesma base do governo e que, portanto, também se posicionará sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA). A LOA estabelece os orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal.

Articulação eficiente

De acordo com a coordenadora Marcia Abreu, a Fasubra fez um documento genérico e o entregou a vários parlamentares no Congresso Nacional expondo sua divergência e preocupação com o parecer do senador Delírio Beber (PSDB-SC), relator do projeto de lei que estabelece as diretrizes para o Orçamento de 2019, propondo o congelamento dos salários dos servidores públicos federais no período. A liderança do PT entrou em contato para viabilizar destaques que atendessem

às demandas da Federação. No total forma três: contra o corte no custeio das instituições públicas, proibição de reajuste dos servidores e proibição de criação de novos cargos públicos.

Vencido o primeiro round da luta por aumento salarial, foi dado início às articulações políticas para garantir recursos no próximo Orçamento da União para os servidores públicos federais. Segundo Marcia Abreu, na quinta-feira, 12, as entidades e as centrais sindicais iriam se reunir com as lideranças do PT no Congresso Nacional para dar prosseguimento à batalha.

Servidor não é bucha de canhão

A maior despesa financeira do orçamento público é com o pagamento dos juros e a rolagem da dívida pública, e não com os salários pagos aos servidores civis federais (cerca de R\$ 6 bilhões). Mas nessa o governo golpista não mexe. Não há sequer debate sobre isso ou qualquer cobrança. É uma pauta interdita. Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), a Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos públicos, tampouco arranhou as despesas

financeiras do governo, cuja principal variável é os juros da dívida pública.

Segundo o Diap, a ideia é vetar a aprovação de “todo e qualquer” aumento salarial durante o próximo ano, mesmo que a proposta seja de reajuste escalonado. A trava seria para evitar a repetição do episódio que marcou o início do governo golpista Temer, que, sob pressão do movimento sindical, foi obrigado a manter os acordos negociados pela presidenta Dilma Rousseff.

‘Investirei no diálogo’

Marcelo Correa e Castro vai exercer seu terceiro mandato como decano do CFCH

Fotos: Renan Silva



DECANO. Em busca de aproximações e convergências

O novo decano do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) é Marcelo Correa e Castro. O professor titular da Faculdade de Educação foi o escolhido na pesquisa realizada com os três segmentos entre 18 e 20 de junho, e no dia 25 o Conselho de Coordenação do CFCH homologou sua indicação por aclamação. Correa e Castro trabalha há 38 anos na UFRJ e já ocupou a decania em dois mandatos, 2006-2010 e 2010-2014. Agora vai para o terceiro, no quadriênio 2018-2022. Veja o que disse ao Jornal do Sintufrrj.

Quais são seus planos para a Decania do CFCH?

Nos últimos 16 anos, o CFCH consolidou-se como um espaço de exercício permanente do diálogo e da reflexão, com respeito à autonomia dos sujeitos, o que permite que setores e ações estejam fortemente orientados por planejamen-

to e sejam sistematicamente avaliados, para o necessário reajuste de rumos e práticas. Meus planos, apoiados nesse pressuposto, avançam em duas direções: a do fortalecimento das convergências e a da repactuação das zonas de conflito.

‘O projeto de universidade pública (...) vive e se revigora na UFRJ’

O senhor já foi decano nos mandatos 2006-2010 e 2010-2014. O que muda neste novo mandato?

Propus minha candidatura a decano do CFCH não apenas como decorrência de uma avaliação positiva da minha experiência acumulada com a gestão, mas também pela convicção de que posso colaborar para o desenvolvimento de um

programa de gestão que avance, de forma crítica, na construção de um projeto de universidade.

Avalio que o projeto de universidade pública, gratuita, laica, socialmente referenciada – tão lamentavelmente ameaçado por políticas de desmonte dos espaços públicos e por discursos de suposta renovação –, vive e se revigora na UFRJ, e, em especial, no CFCH, por força não só da nossa capacidade de resistência propositiva.

Quais são suas primeiras ações como decano?

No meu primeiro semestre, investirei no diálogo com unidades, órgãos suplementares, setores e sujeitos do CFCH, a fim de buscar novas aproximações e convergências no que se refere ao enfrentamento das nossas questões em comum. Com esse mesmo objetivo, vou buscar também o contato direto com as instâncias média e superior.

CELEBRAÇÃO

Faculdade de Educação comemora 50 anos

Sessão solene da Congregação da Faculdade de Educação, no dia 10 de julho, no auditório Professor Manoel Maurício de Albuquerque (CFCH), marcou o cinquentenário da unidade. O reitor Roberto Leher (professor da Casa) e a decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Lilia Pougy, participaram da celebração.

A diretora da Faculdade, Carmen Teresa Gabriel, lembrou que, mesmo num contexto de crise, com dificuldades orçamentárias,

a unidade tem avançado – avaliação positiva na graduação e conceito 6 na Capes (órgão de fomento à pós-graduação do MEC) –, o que se deve a projetos de extensão e pesquisa e à criação de novos laboratórios.

A diretora revelou o esforço conjunto com outras unidades da área de Educação para a concretização do Complexo para Formação de Professores. A proposta, segundo Carmen Gabriel, deve chegar ainda este ano ao Conselho Universitário.

Roberto Leher, professor da unidade desde 1988, disse que a Faculdade de Educação teve origem na Faculdade Nacional de Filosofia (extinta em 11 de julho de 1968). E explicou que, na perspectiva do educador Anísio Teixeira, uma universidade pública não pode deixar de ter uma área de Educação “com muita vitalidade, audaciosa e projetiva em relação ao seu futuro”. (Leia mais sobre a Faculdade de Educação no site do Sintufrrj)



ANIVERSÁRIO, com avaliação positiva em vários projetos

Transferência obrigatória preocupa

Assessor jurídico reafirma que, em caso de discordância do servidor, medida pode ser contestada judicialmente

A Portaria 193 do Ministério do Planejamento, publicada dia 4 de julho no *Diário Oficial da União*, que flexibilizou as regras de transferências e remoções de servidores de órgãos do Executivo Federal, trouxe apreensão aos trabalhadores e continua repercutindo. O advogado Rudi Cassel, assessor jurídico do Sintufjrj, disse que técnicos-administrati-

vos não podem ser cedidos compulsoriamente, e caso isto ocorra, o direito constitucional do servidor estará sendo ferido. Ele garante que a medida pode ser contestada juridicamente.

“Caso o servidor filiado ao sindicato não concorde com a cessão pretendida, deve procurar o departamento jurídico da entidade para a proposição de ação anulatória do ato

administrativo. Isso porque é possível discutir a inconstitucionalidade da Portaria 193 nesses casos, tomando como base a Constituição Federal”, orienta Rudi.

A portaria determina, por exemplo, que um servidor da UFRJ seja transferido para outro órgão, independentemente da concordância da universidade. Essa decisão, diz o advogado, passou a ser

centralizada no Ministério do Planejamento.

Pelas regras anteriores, a transferência só se daria no caso de convite para cargo comissionado. Mesmo assim com a anuência de seu órgão de origem.

A portaria acaba com esse veto do órgão de origem para transferência. A portaria atinge 1,18 milhão de trabalhadores públicos, entre eles os técnicos-ad-

ministrativos em educação das universidades.

Rudi Cassel ressalva, no entanto, a existência de casos em que há interesse do trabalhador. “Se houver interesse, será uma oportunidade com manutenção da remuneração de origem sem prejuízo das cessões para exercício de funções gratificadas ou cargos em comissão, o que já existe”, avalia.

APOSENTADOS

Cursos para aposentados e pensionistas

A Coordenação de Aposentados e Pensionistas está trabalhando para oferecer variadas atividades aos companheiros aposentados e pensionistas. Para tanto, criou o Curso de Apropriação Digital e fortaleceu o tradicional Curso de Patchwork. Mais informações por telefone: 3194-7100, ramal 7127, às quartas e sextas-feiras, das 10h às 16h; por e-mail: aposentados@sintufjrj.org.br; e pessoalmente na Sede do Sintufjrj, às quartas e sextas-feiras, das 10h às 15h.

Apropriação Digital

No Curso de Apropriação Digital os aposentados poderão, através dos meios digitais, ter maior enriquecimento cultural com a utilização da tecnologia e do mundo digital.

As aulas iniciaram dia 14 de maio por meio de convênio firmado entre o Sindicato e o Laboratório de Informática para Educação (LIPE)/Nides/CT, no Bloco H/200, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h. Atualmente há um grupo de 25 alunos. As aulas são ministradas sob supervisão de Gilmar Constantino, tendo estagiários para orientar os alunos. É fornecido material didático, e há lista



Foto: Renan Silva

EM ATIVIDADE. Curso de Apropriação Digital abriu outro campo de experiência a aposentados

de frequência para avaliação geral do curso quanto à assiduidade e ao aprendizado.

Patchwork

A Coordenação de Aposentados e Pensionistas quer ampliar a divulgação do Curso de Patchwork e valorizar os trabalhos confeccionados.

A tradução literal de Patchwork é “trabalho com retalho”. É uma técnica artesanal de reunir retalhos de tecidos com formas variadas para formar uma colcha, al-

mofada ou outro trabalho com tecido. Os desenhos formados podem ser desde formas geométricas a formas fisionômicas de pessoas, animais, ou o que mais a imaginação mandar.

Há registros históricos que homens já produziam esta técnica de costura séculos antes do nascimento de Cristo. Na década de 1970, com o boom da efervescência cultural, movimentos hippies e também uma recessão financeira em decorrência do Petróleo, essa técnica de reaproveitamento de recortes ressurge com toda a

força e nos mais variados formatos, como em roupas e acessórios.

As aulas são ministradas pela professora Débora, no Espaço Cultural do Sintufjrj, às segundas-feiras, das 9h às 12h. No momento há 10 alunas que produzem lindos trabalhos, como tapetes, colchas, bolsas, quadros e toalhas de mesa, entre outros, os quais podem ser expostos em feiras de artesanato e/ou eventos da Coordenação de Aposentados e Pensionistas.

Reunião dia 18 com vacinação

A reunião mensal de 18 de julho, quarta-feira, às 10h, no Espaço Cultural do Sintufjrj, terá alongamento, palestra e vacinação. Para abrir a programação, o Espaço Saúde promoverá alongamento e atividade lúdica. Em seguida acontecerá palestra sobre vacinação na terceira idade, com a servidora Luzhelene Silva Bernardo, chefe da Seção de Imunoprevenção do Centro de Vacinação de Adultos/CPST/PR-4/UFRJ. Após a palestra haverá vacinação exclusivamente para o pessoal da terceira idade.

Aniversariantes

Aos que completam mais uma primavera neste mês de julho, a Coordenação e o Departamento de Aposentados e Pensionistas desejam muita saúde, paz e alegria!!



‘Vivemos num estado de exceção’

Na opinião de Wadih Damous, o Judiciário é o menos transparente e o mais distante dos poderes em relação à sociedade

O deputado Wadih Damous(PT-RJ) foi um dos autores do habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) para tentar libertar o ex-presidente Lula no domingo, 8 de julho. Na opinião do parlamentar, o juiz Sergio Moro e o desembargador Gebran Neto tiveram conduta criminosa no episódio. Damous critica o ativismo judicial e defende ‘uma profunda e efetiva democratização do Poder Judiciário’.

O juiz Sergio Moro e o desembargador Gebran Neto cometeram crime nas ações para impedir a libertação de Lula?

Quando o agente público pratica ato de ofício contra o funcionamento regular da administração pública, ele incorre em crime de prevaricação. Penso que, no caso, foi o que ocorreu.

Além do mais, o Código de Ética da Magistratura impõe ao magistrado, entre outros princípios éticos, atentar-se à “prudência” e à sua devida “imparcialidade”. Em seu art. 2º, impõe o cumprimento e o respeito ao princípio da legalidade, a partir da primazia da Constituição, para o fortalecimento das instituições e a construção de uma sociedade democrática.

Que lições podem ser extraídas do episódio?

Cada vez mais fica evidente para o Brasil e para o mundo que o presidente Lula é vítima de uma farsa

jurídica, com o único objetivo de impedir sua participação na vida política do país. Para manter a ilegalidade da prisão, Moro é capaz de qualquer coisa, inclusive cometer crimes. Outra lição é a rede de solidariedade e a grandeza política de Lula, que, mesmo do cárcere, é o ator político mais importante do Brasil. Sua força e grandeza histórica só aumentam.

O ativismo judicial ou a judicialização da política são fenômenos presentes na vida do país. É necessária uma reforma do Judiciário para neutralizar a interferência abusiva desse poder nas esferas alheias à sua competência? O que pode ser feito?

Sem dúvida. É preciso uma profunda e efetiva democratização do Poder Judiciário. É o menos transparente e o mais distante dos poderes em relação à sociedade. Tenho defendido que o país precisa de uma Cor-

te Constitucional, porque o STF tem feito de tudo, menos proteger os princípios e os direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988. Acabar com os privilégios, estabelecer mandato para ministros do STF, ouvidorias externas e rígidos órgãos de controle que quebrem o corporativismo e o compadrio do CNJ e CNMP.

O Estado de Direito está em xeque no país?

As tensões e os antagonismos de classes no Brasil nunca cessaram, mesmo após o pacto político que se materializou na Constituição de 1988. As iniquidades sociais, a exclusão, a violência praticada pelo Estado contra a população de baixa renda são nódoas, verdadeiras chagas abertas do capitalismo. Vivemos em um estado de exceção e policial permanente. O processo do mensalão, o impedimento da presidenta Dilma e a perseguição a Lula são epicentros e alguns dos exemplos mais marcantes desse es-

tado de exceção. Processos que terminam por irradiar para o restante do sistema de justiça práticas fascistas e autoritárias de jurisdição.

‘Moro é capaz de qualquer coisa, inclusive cometer crimes’

‘O presidente Lula é vítima de uma farsa jurídica’

‘É preciso uma profunda e efetiva democratização do Poder Judiciário’